Moral católicas no 1.º ciclo dos liceus e ciclo preparatório do ensino técnico profissional;

Ouvidos os governos das províncias ultramarinas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, que seja aplicado às províncias ultramarinas o Decreto n.º 47 347, de 26 de Novembro de 1966.

Ministério do Ultramar, 22 de Junho de 1967. — O Ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Para ser publicada no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas. — J. da Silva Cunha.

9.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, por seu despacho de 2 de Junho do ano corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPITULO 13.º

Junta de Investigações do Ultramar

Artigo 121.º «Outros encargos»:

+ 40 000\$00

9.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 6 de Junho de 1967. — O Chefe da Repartição, João Soares Paes.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SEGRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Comissão de Coordenação Económica

Portaria n.º 22 742

No preâmbulo da Portaria n.º 22 082, de 27 de Junho de 1966, definiu-se, em termos incontroversos, a orientação a seguir relativamente à necessidade de incrementar a apanha de plantas marinhas, como o meio mais idóneo de obter a matéria-prima indispensável à laboração da indústria nacional e, bem assim, produtos de fácil colocação nos mercados externos.

Tal finalidade, porém, só vem a obter-se através da elevação dos preços pagos aos apanhadores dessas plantas, o que representará efectivo impulso a uma actividade que se impõe seja remuneradora.

Traçada, por conseguinte, a referida orientação, dá-se, na presente safra, um passo mais decisivo na matéria, fixando preços de compra aos apanhadores, sensivelmente mais elevados, na convição de que, assim, se proporciona o necessário estímulo a uma actividade de bastante interesse para a indústria nacional e de que os consequentes ajustamentos nos preços de venda aos industriais estão

dentro das suas possibilidades, face à rentabilidade da matéria-prima que lhes é fornecida.

Nestes termos, tendo em conta o que foi proposto pela Junta Central das Casas dos Pescadores e ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 576, de 28 de Fevereiro de 1964:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio, o seguinte:

- 1.º São estabelecidas as seguintes tabelas de preços de plantas marinhas industrializáveis, a praticar pela Junta Central das Casas dos Pescadores:
 - a) Preços a pagar aos apanhadores, por quilograma:

* Tipos	Qualidadés	Limite das percentagens de impurezas Percentagens	Preços por quilograma
Agarófitas (a)	Extra 1.a 2.a 3.a 4.a 5.a	0 a 5 5 a 10 10 a 20 20 a 30 30 a 40 40 a 55	7,\$50 6,\$50 5,\$50 4,\$50 3,\$50 2,\$50
Carraginófitas (b)	$\left\{egin{array}{l} ext{Extra} \ 1.^{ ext{a}} \ (c) \ 2.^{ ext{a}} \end{array} ight.$	0 a 5 5 a 10 10 a 25	4500 3550 2550

Observações

(a) Algas habitualmente utilizadas pela indústria nacional de ágar-ágar, incluindo o Cabelão dos Açores, Cabelo da velha e Francelha mansa.

(b) Algas para produção de carragenina e ficocolóides do tipo agaróide, incluindo as agarófitas não abrangidas no tipo anterior.

(c) Algas para produção de carragenina e ficocolóides do tipo agaróide, incluindo as misturas que, embora com menos de 45 por cento de algas agarófitas, tenham, contudo, o mínimo de 50 por cento das espécies asparagopsis e plocamium.

b) Preços de venda à indústria nacional, por quilograma:

Tipos	Qualidades	Limite das percentagens de impurezas Percentagens	Preços por quilograma
Agarófitas (a)	Extra 1.a 2.a 3.a 4.a 5.a	0 a 5 5 a 10 10 a 20 20 a 30 30 a 40 40 a 55	9\$00 8\$00 7\$00 6\$00 5\$00 4\$00
Carraginófitas (b)	$\left\{egin{array}{l} ext{Extra} \ 1.^{ ext{a}} \ (c) \ 2.^{ ext{a}} \end{array} ight.$	0 a 5 5 a 10 10 a 25	5\$50 5\$00 4\$00

Observações

Iguais às do quadro da alínea anterior.

2.º Os preços de venda à indústria entendem-se para as plantas marinhas entregues à porta dos armazéns da Junta Central das Casas dos Pescadores, em fardos atados com arame.

3.º O teor máximo de humidade das algas agarófitas a fornecer à indústria é fixado em 20 por cento, admitindo-se uma tolerância de 10 por cento para mais.